

# Orçamento de 90 "estoura" com gastos de NCz\$ 45 bi

16 NOV 1989  
Carlos Menandro 08.01.89

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, um dia antes do encerramento do prazo para a entrega de emendas aos novos orçamentos federais para 1990, já havia recebido pedidos de aumentos de gastos de NCz\$ 45,6 bilhões, correspondendo a 58,5% dos recursos disponíveis — ou seja, excluindo-se os recursos que não podem ser tocados segundo a Constituição, tais como o serviço da dívida externa e interna, as transferências para Estados e municípios e as dotações para o pagamento de pessoal do serviço público.

Se forem consideradas as indicações e emendas apresentadas no último dia do prazo, em que dobrou o número de 5 mil para 10 mil, os recursos pleiteados pelos parlamentares poderão também dobrar — uma atitude inútil, se for levado em conta que não se pode solicitar novos recursos sem que se designe suas fontes.

Do total de NCz\$ 45,6 bilhões pleiteados pelos parlamentares no primeiro lote de emendas e indicações, apenas NCz\$ 189 milhões têm indicação de fonte. Foram os pedidos feitos pelo deputado Chico Humberto, do PDT de Minas Gerais. Afora esse parlamentar, ninguém mais se preocupou em designar de onde viriam os recursos que estão sendo solicitados, o que mostra que os parlamentares ainda não compreenderam bem a mecânica de elaboração e de discussão dos orçamentos federais.

JORNAL DE BRASIL



**Chico Humberto acata regra**

Houve, contudo, quem propusesse cortes no orçamento, num total de NCz\$ 2,35 bilhões. Mas mesmo esses parlamentares, como o senador Aluísio Bezerra de Oliveira (PMDB-AC), que propôs um corte de NCz\$ 1,668 bilhão nas dotações para a comercialização de trigo, e o deputado João Paulo (PT-MG), que propôs um corte de NCz\$ 690 milhões na área militar, reivindicaram, em seguida, aumentos de dotações em valor superior aos cortes sugeridos.

Os parlamentares que apresentaram emendas e indicações aos novos orçamentos de 1990 mostram-se, em sua maioria, informados com a escassez de recursos disponíveis para obras sociais. Mas apenas reivindicando dotações, sem designar as fontes de recursos, tudo o que eles vão conseguir é aumentar a quantidade de trabalho dos relatores setoriais, do relator-geral, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), e do presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho.

A maior parte das indicações apresentadas antes da extinção do prazo de recebimento na Comissão pediu mais recursos para as áreas de transporte, energia, agricultura, educação, ciência e tecnologia e telecomunicações.

Mas, apesar deste destaque para as áreas mais carentes e consideradas mais prioritárias pelo relator-geral da Comissão, houve ainda quem propusesse aumento de recursos para a área militar, como o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), que pediu mais NCz\$ 200 milhões para o projeto AMX (desenvolvimento e produção de um avião caça subsônico), mais NCz\$ 20 milhões para a Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil), mais NCz\$ 10 milhões para a conservação de quartéis, mais NCz\$ 30 milhões para a aviação do Exército e mais NCz\$ 12 milhões para construção e instalação da Aeronáutica.